

OS SUJEITOS SUPÉRFLUOS E A ASFIXIA DO CAPITAL SOBRE O TRABALHO¹

Dayse Maria Souza²

Alexandrina Luz Conceição³

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar a ampliação dos trabalhadores “supérfluos” e o processo de asfixia do capital sobre o trabalho no Litoral Sul da Bahia, tendo como recorte empírico, respectivamente as cidades de Itabuna e Ilhéus. Percebe-se que a tendência asfixiante do capital sobre o trabalho, e as determinações que envolvem as relações de trabalho nesta realidade, acompanhadas do caráter expansivo do sistema do capital evidenciam uma reestruturação espacial que repõe uma nova lógica de sua reprodução. Constatam-se, nesse processo, uma maior desvalorização da força de trabalho e uma intensificação do seu caráter móvel, ampliando a camada dos superfluos, pondo os verdadeiros produtores de mais-valor rumo aos caminhos da incerteza do labor.

Palavras-Chaves: trabalho, trabalhadores “supérfluos”, desemprego estrutural.

Introdução

A tendência da reprodução sociometabólica do capital é tornar a força de trabalho cada vez mais superflua, representando uma das contradições da lógica irracional e destrutiva do seu desenvolvimento. Ao mesmo tempo em que apresenta a necessidade de ampliar o seu caráter produtivo, ele cria a sua própria negação. Compreende-se que, a lógica da expansão capitalista, ao desenvolver suas potencialidades criadoras de valor por meio do aumento da capacidade produtiva da força de trabalho, tende a diminuir sua parte variável, empregando uma quantidade cada vez menor de força de trabalho, intensificando os níveis de exploração, criando, assim, uma asfixia necessária aos verdadeiros criadores de valor.

¹ Parte das discussões apresentadas em nossa Tese de Doutorado intitulada: *A Asfixia do capital sobre o trabalho no Litoral Sul da Bahia*, orientada pela professora Dr.^a Alexandrina Luz Conceição.

² Professora do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe. Membro do grupo de Pesquisa Estado, capital, trabalho e as políticas de reordenamentos territoriais – GPECT e de grupo de Pesquisa Trabalho, Mobilidade do Trabalho e Relação Campo-Cidade. E-mail: dayse_mra@hotmail.com

³ Professora do Núcleo de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe. Coordenadora do grupo de Pesquisa Estado, Capital, Trabalho e políticas de reordenamentos territoriais. E-mail: aluz@oi.com.br.

O objetivo da presente pesquisa de doutorado foi analisar como se estabelece este processo no Litoral Sul da Bahia. Percebe-se que a tendência asfixiante do capital sobre o trabalho, e as determinações que envolvem as relações de trabalho nesta realidade, acompanhadas do caráter expansivo do sistema do capital evidenciam uma reestruturação espacial que repõe uma nova lógica de sua reprodução. Constatam-se, nesse processo, uma maior desvalorização da força de trabalho e uma intensificação do seu caráter móvel, ampliando a camada dos supérfluos, pondo os verdadeiros produtores de mais-valor rumo aos caminhos da incerteza do labor.

Tal análise será guiada à luz do materialismo histórico dialético, estabelecendo a abstração do real concreto, considerando que “todas as épocas da produção têm certas características comuns, certas determinações comuns”, ou seja, o grau de desenvolvimento social produzido pelos indivíduos sociais é preenchido por “um conjunto de determinações que são diferentes e divergentes”. O movimento dos contrários que configura a totalidade social é o desafio de se pensar o espaço produzido pela relação capital-trabalho e seu movimento contraditório. Neste sentido, como afirma Marx, as determinações históricas estabelecidas nas sociedades precisam ser abstraídas, considerando que o “sujeito (a humanidade) e o objeto (a natureza) são os mesmos”, ou seja, o grau que nos permite pensar as relações sociais que produz o espaço historicamente são aquelas que consideram a relação homem e natureza não como algo naturalizado, mas como algo produzido pelo trabalho (MARX, 1978, p.105).

Foi a partir desse pressuposto que compreendemos a importância de ampliar o debate dos aspectos que norteiam a mobilidade do trabalho para os estudos na Geografia, uma vez que tal debate passou a ser compreendido recentemente nos trabalhos acadêmicos. Grande parte das análises existentes consideram as migrações pondo em evidência os fatores de deslocamento espacial, fluxos de produção e de trabalho como ideias de equilíbrio espacial. As análises são direcionadas através das bases teóricas dos economistas clássicos e neoclássicos, tendo como principal foco as ideias de Adam Smith. Estas consideram a mobilidade do trabalho como sendo necessária e natural pela qual os indivíduos se movimentam em busca da satisfação dos seus rendimentos, melhores empregos, melhor

salário. Consideram que a “liberdade” dos sujeitos em migrar parte de uma vontade individual, do grau de satisfação, ou seja, o indivíduo tem livre arbítrio para migrar, portanto, não há contradição em relação ao caráter móvel do trabalho.

Neste sentido, o desafio proposto foi elaborar uma reflexão crítica dos aspectos da mobilidade do trabalho, considerando que a “liberdade” dos sujeitos não é um fator natural, mas uma determinação contraditória do modo da produção capitalista. A análise marxiana da mobilidade do trabalho contribui para desmistificar todas as assertivas defendidas pelos autores, clássicos e neoclássicos da Economia Política, de que o trabalho nos marcos do capitalismo, enquanto mercadoria que gera valor ao capital é apenas um elemento a mais na dinâmica econômica.

Assim, a proposta de trabalho traça o desafio de revelar a essência das relações sociais que envolvem a mobilidade do trabalho, apontando sua abstração mais geral dentro dos preceitos de retomada histórica que materializa o caráter móvel do trabalho. Logo, delinearemos as fases históricas processuais de desenvolvimento capitalista através do seu processo de valorização, evidenciando que tais condições que perpassam a submissão do trabalho ao capital são geridas pela lei de acumulação que envolve primeiramente a expropriação dos trabalhadores dos seus meios de produção e a transformação da sua condição “livre” que se materializa no trabalho enquanto mercadoria. A força de trabalho, conduzida pelos preceitos perversos do caminho da acumulação, estará disponível no mercado capitalista para fins de sua submissão real ao capital, logo de sua condição móvel para venderem sua força de trabalho e serem escravos do sistema, que ao definir a propriedade privada como condição de sua existência, assim como a existência da divisão social do trabalho em classes sociais, funda as premissas necessárias para seu desenvolvimento histórico social.

Para o aprofundamento dos principais conceitos e categorias que dão suporte à pesquisa, sustentamos o debate partindo da teoria do valor elaborada por Marx, a fim de compreendermos como se dá a exploração da força de trabalho nas formas de produção capitalistas, focalizando o conceito de trabalho e mobilidade do trabalho. Defendemos que o fundamento do trabalho enquanto condição ontológica do ser social necessita em cada tempo

histórico de meios de produção que proporcionam ao homem, por meio de suas necessidades, criar possibilidades de transformar esta natureza em qualquer construção social. Nos marcos do capitalismo, esta característica tem um fundamento: criar as possibilidades de forma a proporcionar ao capital extrair mais-valor do trabalho.

Ou seja, os avanços na ciência, e conseqüentemente da técnica, no atual desenvolvimento das forças produtivas, permitem ao capital produzir mercadorias no menor tempo possível, diminuindo o trabalho necessário (a jornada necessária para o trabalhador se manter) e conseqüentemente extraindo mais sobretrabalho. Porém, nessa mediação o trabalho não deixa de ser responsável por produzir a riqueza social – como defendem os teóricos que apontam a perda da centralidade do trabalho nos marcos do capitalismo contemporâneo –, por garantir o processo de valorização do capital. Este é o único responsável pela geração do valor, alcançando maior produtividade proporcionada pelo desenvolvimento das forças produtivas atuais.

A questão que envolve a produtividade do trabalho e o processo de valorização do trabalho através da extração do mais-valor foi fundamental para os caminhos norteadores da pesquisa, assim como a lei geral que rege a acumulação de riqueza por meio da geração de uma superpopulação (exército industrial de reserva) que permite ao capital uma autovalorização, partindo de uma maior exploração da força de trabalho, logo de um caráter móvel, fluido e flexível do trabalho.

A busca pelo processo de valorização, ou seja, da exploração da força de trabalho pelo capital, se dá de forma diferenciada ao longo da sua existência. Neste momento foi necessário no percurso da nossa análise fundamental que, quem produz a verdadeira substância do valor é o trabalho objetivado, e o processo de valorização se expressa na relação capital e trabalho. Nas formas do capital se reproduzir, ele necessita da força de trabalho cada vez mais móvel, tendência que se apresenta com maior intensidade na medida em que o desenvolvimento das forças produtivas possibilita ao capital aumentar os investimentos em capital constante e diminui o trabalho necessário à produção. Assim, aparentemente, este processo leva a entender que, na medida em que a força produtiva se desenvolve (ciência, tecnologia, etc.), o trabalho tende a perder sua importância no processo produtivo.

Veremos que, pelo contrário, o processo de valorização, que busca cada vez mais aumentar a produtividade do trabalho, tende a diminuir sua parte necessária intensificando a extração do sobretrabalho. Ou seja, as mediações que determinam os investimentos em capital constante como tendência desenfreada do capital em garantir maior quantidade de extração do lucro são as mesmas que intensificam o processo de exploração do trabalho pelo capital (maior extração do mais-valor absoluto – prolongamento da jornada de trabalho – e relativo – redução do tempo de trabalho necessário), causando, ao mesmo tempo, a ampliação da camada dos supérfluos e as formas mais degradantes de trabalho, uma asfixia aos verdadeiros produtores de valor.

Assim, as necessidades do sistema sociometabólico do capital em sua ânsia de ampliar constantemente a extração de mais-valor são as mesmas que põem um número excessivo de força de trabalho (ampliando a camada dos supérfluos). Tais aspectos são garantidos pelo aumento da produtividade do trabalho, o que significa que o desenvolvimento da força produtiva social de trabalho se expressa, por um lado, por uma tendência da queda progressiva da taxa de lucro, e por outro, em crescimento constante da massa absoluta de mais-valia ou do lucro apropriado. Tal processo impõe limites ao capital, à medida que, ao elevar a taxa de lucro por meio do investimento em capital constante diminuindo o tempo de trabalho necessário à produção, ele aumenta a superpopulação relativa sem limite, criando uma contradição em seu modo de funcionamento, pois ao ampliar os supérfluos, ele cria as condições da sua própria negação.

Sendo assim, para entendermos o papel da superpopulação no atual processo de acumulação capitalista, foi necessário elaborar um debate sobre a crise estrutural e o desemprego estrutural do capital, compreendendo como a ampliação da camada dos supérfluos impõe limites ao próprio funcionamento do sistema sociometabólico do capital e, partindo da análise de István Mészáros (2002; 2011), entender como este aspecto contraditório revela um aumento do desemprego crônico, considerado para o autor, o aspecto mais explosivo da crise estrutural do capital. Veremos que tais efeitos atingem não apenas os países subdesenvolvidos, mas também as principais potências mundiais, abrangendo a totalidade dos trabalhadores em toda hierarquia social. A ativação dos limites absolutos do

capital representado no desemprego estrutural potencializa a ofensiva do capital sobre o trabalho. Seu aspecto destrutivo impõe uma verdadeira asfixia do capital sobre o trabalho movido tanto pela diminuição do trabalho necessário, ampliando a camada dos supérfluos, assim como acentuando os níveis de exploração.

A presente reflexão tem como objetivo analisar a ampliação dos trabalhadores “supérfluos” e o processo de asfixia do capital sobre o trabalho no Litoral Sul da Bahia, tendo como recorte empírico, respectivamente as cidades de Itabuna e Ilhéus. Em ambas foram escolhidos bairros que se localizam na zona periférica e que possuem um histórico de ocupações urbanas de trabalhadores que migram para estas localidades, sobretudo, após a “crise” do monocultivo do cacau no final da década de 1980.

Escolhemos respectivamente os bairros: Nova Ferradas, Fernando Gomes e Nova Esperança na cidade de Itabuna-BA, e os bairros Teotônio Vilela e Novo Ilhéus na cidade de Ilhéus-BA. Nestes, foram realizadas entrevistas abertas e fechadas com cento e treze questionários a fim de que compreendêssemos como se processava o caráter móvel do trabalho; como estes trabalhadores, expropriados do campo, se reproduziam neste espaço e na condição de migrantes, como se estabeleciam as novas formas de venda da sua força de trabalho. É necessário considerar que as origens desses trabalhadores migrantes são de áreas rurais ou de pequenas cidades da região. Em sua maioria são desempregados, de baixa renda, com pouca qualificação e que se encontram na incerteza do labor. Constatou-se que poucos atualmente possuem moradia fixa, uma vez que suas residências eram localizadas nas fazendas em que trabalhavam. Ou seja, além de perderem o emprego, o vínculo com a terra, esses trabalhadores perdem também a moradia. Verificou-se, entre os trabalhadores entrevistados que, ao passarem a residir na cidade, a maioria foi obrigada a ocupar barracos nas favelas e tentar viver da venda da sua força de trabalho na esperança de uma vida melhor, certos de que era possível encontrar um emprego e tentar sobreviver no cotidiano da cidade.

Também foi possível compreender através da pesquisa empírica, os novos investimentos do Estado e parcerias privadas para o fortalecimento da monocultura do cacau, a exemplo da criação do Polo Tecnológico do Sul da Bahia, além dos projetos vinculados aos sistemas agroflorestais, representando a nova lógica de reprodução do capital neste espaço.

Os sujeitos supérfluos e o processo de asfixia do capital sob o trabalho

O aumento da população supérflua garantiu, ao longo do percurso histórico do desenvolvimento capitalista, uma desvalorização da força de trabalho possibilitada, principalmente, pelo aumento dos investimentos em capital constante, o que tendencialmente leva à diminuição do trabalho necessário no processo de produção, elevando a extração do mais-valor garantido por meio do aumento da produtividade da força de trabalho.

Nas atuais condições de reprodução social, o trabalho não deixou de ser central nas formas de produção de mais-valor; pelo contrário, embora a diminuição do trabalho necessário na produção seja uma tendência das contradições do capital, percebe-se no histórico do seu desenvolvimento que a extração de mais-valor possibilitada pelo aumento da produtividade do trabalho alcança níveis cada vez mais intensos de exploração. A quantidade de horas de trabalho disponibilizada pelo trabalhador ao vender sua força de trabalho nunca foi tão degradante e precária. Além disso, partindo do pressuposto marxiano, a diminuição do trabalho necessário não significa menos trabalho disponibilizado para produção, mas sim maior extração de mais-valor acompanhada de maior desvalorização da força de trabalho aliada a baixos salários, perdas de direitos trabalhistas, aumento do desemprego, entre outros, o que traça para o capital o desafio da superação das contradições que o negam enquanto modo de produção.

Dentre as determinações históricas atuais envolvidas na ofensiva do capital sobre o trabalho, uma delas trata-se da asfixia dos reais sujeitos produtores do mais-valor. A tendência à diminuição do trabalho necessário seguido da ampliação da população excedente como lei geral da acumulação impõe concomitantemente uma ampliação dos níveis de exploração da força de trabalho e a negação da venda da força de trabalho aos reais sujeitos da produção, provocando uma asfixia do capital sobre o trabalho.

A asfixia necessária se materializa, por um lado, em um campo perverso de ampliação da camada do exército industrial de reserva, negando a venda da força de trabalho para grande parte dos trabalhadores (em toda a hierarquia social da divisão do trabalho); e por outro lado,

aqueles que conseguem vender sua mercadoria força de trabalho, acabam realizando extensas horas de trabalho, submetidos a elevados níveis de exploração, acarretando um aumento do processo de degradação da vida humana em seus aspectos mais gerais. Atrelada à crise e ao desemprego estrutural, a condição do caráter móvel do trabalho ganha uma materialidade diferenciada nas formas de reprodução do capital no século XXI. Há uma intensificação das formas perversas de submissão do trabalho ao capital, seguida do movimento de precarização e fluidez da força de trabalho.

Na era do desemprego estrutural da qual nos fala Mézáros em *Para além do capital*, o sistema sociometabólico do capital entra em contradição quando, devido à sua crise estrutural que afeta a totalidade das relações de produção, nega trabalho a milhões de “sujeitos “supérfluos”” em condição de miséria e fome em todo o mundo. No excerto sobre a crise estrutural, Mézáros argumenta a respeito do caráter da autorreprodução ampliada do capital e dos grandes obstáculos que encontram nas necessidades humanas. A “devastação sistêmica da natureza e a acumulação contínua do poder de destruição” evidenciam “a lógica absurda do desenvolvimento do capital” quando apresenta em seu percurso de reprodução “a negação completa das necessidades elementares de incontáveis milhões de famintos”. O que está em jogo e é fundante nas contradições inerentes ao próprio capital é “o papel do trabalho no universo do capital” e seu nível de produtividade alcançado neste momento histórico. Se a forma da funcionalidade do capital é movida por contradições, nesse aspecto, “os seres humanos são ao mesmo tempo absolutamente necessários e totalmente superfluos para o capital” (MÉSZÁROS, 2002b, p. 800-802).

Conforme o referido autor, apesar de o capital criar, em escala crescente, “tempo superfluo”, não reconhece “a existência de jure de tal tempo excedente como tempo disponível potencialmente criativo”; ao contrário, “deve assumir uma atitude negativa/destrutiva/desumanizadora para com ele”, desconsiderando, portanto, que o conceito de “trabalho superfluo” na realidade se refere a seres humanos vivos e possuidores de capacidades produtivas úteis, ainda que capitalisticamente redundantes ou implacáveis (MÉSZÁROS, 2002b, p. 620). Como observamos, o capital tende a criar trabalho excedente, tempo disponível, assim como a aumentar a população excedente. Na atualidade histórica do

desenvolvimento destrutivo do capital, seres humanos são cada vez mais descartáveis, o que reforça a tendência apontada por Max de que o aumento da população é o principal meio para reduzir o trabalho necessário.

Nesse sentido, afirma Souza, “[n]a reestruturação global baseada na acumulação flexível, na era do capital mundializado as relações de trabalho tornam-se mais precarizadas, intensificando as formas de exploração em todos os ramos produtivos”. Acompanhada dos avanços tecnológicos, ao mesmo tempo em que possibilita um alto nível de produtividade (capaz de alimentar os milhões de famintos que vivem os efeitos do desemprego estrutural), contraditória e perversamente faz do trabalhador verdadeiro escravo para o capital. As formas de trabalho se tornam mais supérfluas, caracterizando uma mão-de-obra mais móvel e descartável (SOUZA, 2011, p. 151).

Com a tendência asfixiante do capital sobre o trabalho, as determinações envolvidas nas relações de trabalho, acompanhadas do caráter expansivo do sistema capitalista (em seu estado de crise) evidenciam uma reestruturação espacial que reestabelece uma nova lógica de reprodução do capital no espaço agrário do litoral Sul da Bahia (Figura 1). Observa-se, por outro lado, uma intensificação do caráter móvel do trabalho que se materializa por um caminho cada vez mais incerto de venda da força de trabalho, seja no campo ou na cidade. A maioria dos trabalhadores migrantes passa a viver os efeitos do desemprego estrutural tornam-se cada vez mais supérfluos, fazem parte do exército industrial de reserva que transita pelo caminho da informalidade, realizando trabalhos temporários, tendendo a ocupar os setores de serviços, construção civil, entre outros. As “garantias trabalhistas” representadas no sistema de carteira assinada quase não existem. Esses trabalhadores são levados a uma asfixia necessária pelos imperativos do lucro capitalista em sua reprodução ampliada, na qual as contradições que envolvem a relação capital e trabalho são cada vez mais evidentes.

Em nossos trabalhos anteriores⁴, apontamos questões – a exemplo da tendência da desvalorização do trabalho e sua intensiva precarização, tanto no campo como na cidade – ao

⁴ A realidade do espaço agrário do litoral Sul da Bahia foi historicamente definida pela produção da monocultura do cacau. A necessidade de compreender as novas configurações espaciais a partir da intensificação da mobilidade do trabalho partiu dos caminhos apontados nas discussões elaboradas pela autora desta tese em sua dissertação de Mestrado intitulada *Do chão da terra ao chão da fábrica: as formas contraditórias de*

lado de uma nova lógica de produção para a monocultura cacaueteira. Nesse contexto, a relação estado-capital ganha materialidade através da elaboração de projetos de cunho modernizador e sustentável a partir de sistemas agroflorestais como a iniciativa da *Mars Incorporated*⁵ em parceria com a COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA - CEPLAC⁶ da Universidade Estadual de Santa Cruz, Secretaria de Agricultura do Estado da Bahia, Irrigação e Reforma Agrária (SEAGRI), entre outros apresentados no ano de 2010⁷.

Ao ser lançado, a iniciativa do projeto traz objetivamente a tentativa de “solução” da “crise” da monocultura cacaueteira, discurso hoje defendido de forma diferenciada pelos representantes do capital. Não há uma “crise”, e sim uma nova lógica de “desenvolvimento” para o Sul da Bahia que retoma uma nova posição dos polos científicos e tecnológicos a fim de dar suporte – ao que inicialmente já estava posto, a partir dos projetos vinculados aos Sistemas Agroflorestais através da relação público-privada – à criação do Centro de Formação em Tecnologia e Ciências e ao Centro de Formação em Ciências e Tecnologias Agroflorestais

apropriação do capital no espaço agrário vinculada ao “Grupo de Pesquisa Estado, Capital, Trabalho e as Políticas de Reordenamento Territorial”. Nesse momento, foi possível perceber as novas investidas do capital a partir dos efeitos da “crise” cacaueteira e como, mesmo no processo de diminuição da produção, com o esvaziamento do campo e a intensificação da migração, a força de trabalho ganha outra materialidade no processo de exploração capitalista: primeiro há um aumento das relações de parcerias e arrendamentos, que garante aos latifundiários a extração da renda da terra; e segundo, a intensificação da mobilidade do trabalho, na qual os trabalhadores passam a vender sua força de trabalho em outros setores da economia, a exemplo do capital industrial. O Grupo de Pesquisa Estado, Capital, Trabalho e as Políticas de Reordenamento Territorial é vinculado ao CNPq e é coordenado pela Prof.^a Dr.^a Alexandrina Luz Conceição. Site do grupo: <http://grupogpect.org/>.

⁵ “A *Mars Incorporated* é uma empresa familiar originária dos Estados Unidos, que hoje atua mundialmente no ramo de alimentos: alimentos para animais, sendo a maior fabricante de ração animal do mundo, bebidas, chicletes, cacau e marcas. No Brasil, se posiciona como grande fornecedora de ração, sendo pequena em chocolate; possui as 15 marcas de cacau vendidas no mundo, no país ela é líder em confetes” (SOUZA, 2011, p. 102).

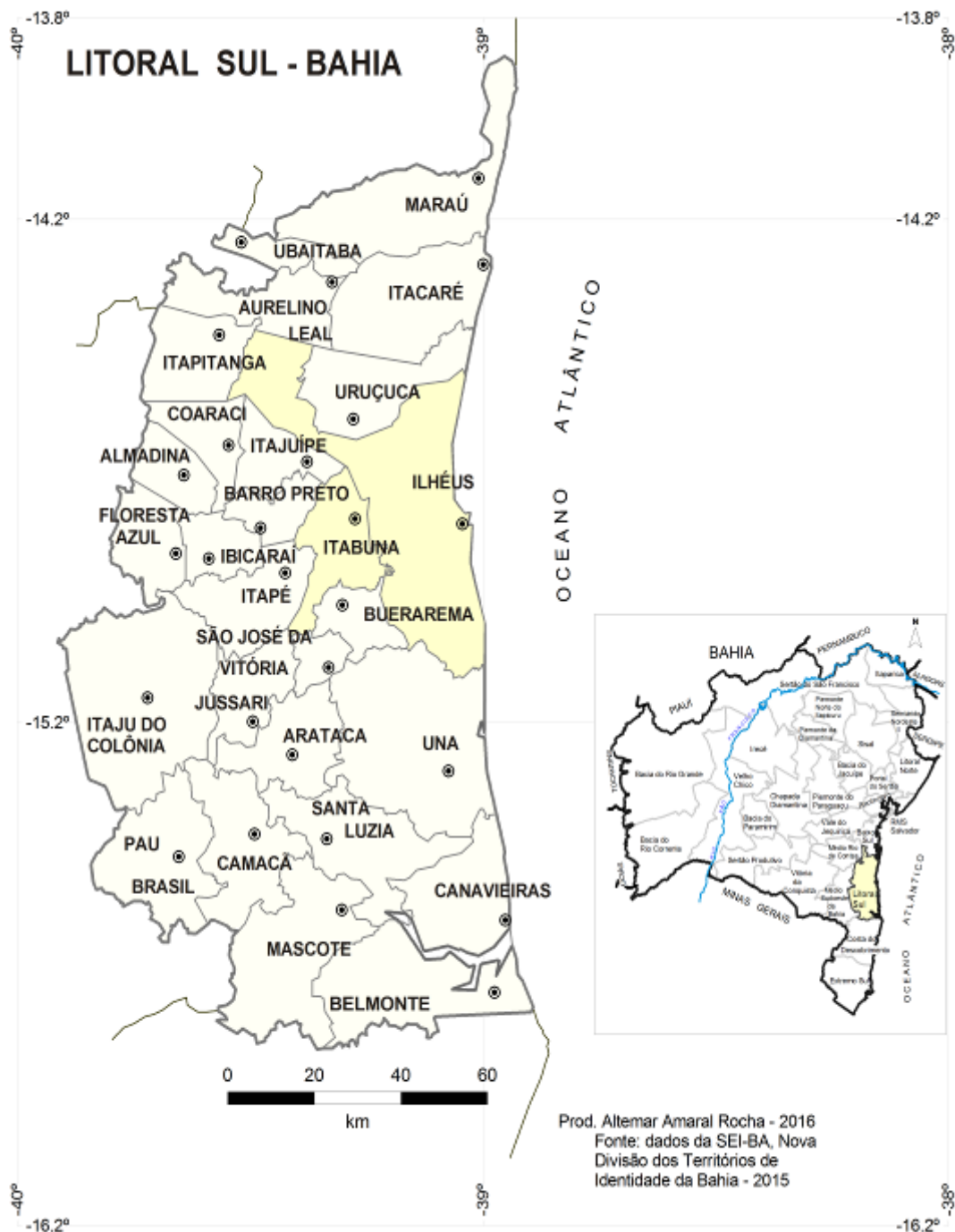
⁶ O fortalecimento das políticas do Estado direcionadas à monocultura de cacau se estabelece com a criação da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueteira – CEPLAC a partir de projetos de ações voltadas para aumentar a produtividade na conjuntura em que a agricultura brasileira se insere dentro da lógica do plano de desenvolvimento e crescimento para o capital, ampliando sua forma de acumulação no campo e na cidade. É a instituição que garante que o modelo de produção da monocultura cacaueteira seja inserido nos pacotes tecnológicos através das políticas de créditos, ampliando o mercado produtor de cacau em nível nacional, ao mesmo tempo em que favorece matéria prima para as empresas multinacionais processadoras de cacau que se instalam no Estado da Bahia. Na década de 1970, se insere na região do litoral Sul. Torna-se, nesse processo, o órgão principal para direcionar o desenvolvimento da cacauicultura brasileira, principalmente na Bahia. (SOUZA, 2011, p. 56)

⁷ Para mais detalhes a respeito do cunho do projeto apresentado e suas linhas de ações, ver Souza (2011, p. 98-109).

do Sul da Bahia, definido como Parque Tecnológico do Sul da Bahia, lançado no ano de 2015⁸. Em evento oficial para a assinatura do termo de concessão do terreno doado pela CEPLAC, ocorrido no dia 9 de junho de 2015, as três instituições parceiras do projeto estiveram presentes, além da presença dos órgãos estatais vinculados à agricultura no Estado, prefeituras municipais das cidades de Itabuna e Ilhéus, entre outros (Figura 2).

Figura 1- Mapa do Litoral Sul da Bahia.

⁸ Outro empreendimento que representa as novas investidas do capital na região é a construção do Complexo Porto Sul e da Ferrovia Leste-Oeste. Na região a construção do primeiro, por exemplo, vem acompanhado de um discurso ideológico do “desenvolvimento”, em que possibilitará aumento na geração de emprego, elevando o quadro socioeconômico da mesma. O projeto que foi lançado em 2008, via parceria do Governo do Estado e BAMIN (Bahia Mineração S.A.) visa suprir as necessidades de escoamento da produção de minério de ferro, principalmente as jazidas localizadas na cidade de Caetité no sudoeste baiano. Além de servir a cadeia do agronegócio localizado, principalmente no oeste baiano, mais especificamente na cidade de Barreiras, entre outros. A intenção de ambos os projetos, o Completo do Porto Sul, e a construção da Ferrovia Leste-Oeste, cria-se as condições para favorecer aos latifundiários do agronegócio e das empresas (nacionais e internacionais) que estão envolvidas nesse processo maior extração de lucros; configurando assim novos focos de investimentos de capitais privados na Bahia e em outras partes do país, legitimado e garantido pelo Estado.



Fonte: Rocha (2016) e Souza (2016).

O terreno doado pela CEPLAC possui uma área de 37 hectares. A construção dos centros de formação nesta respectiva área inaugura uma nova forma de atuação das

universidades e do próprio órgão para garantir o suporte necessário às novas políticas implementadas no Litoral Sul da Bahia, não apenas no que diz respeito ao cultivo do cacau, mas em todo um complexo de ações voltadas para a agricultura que envolve as potencialidades produtivas da silvicultura, dendê, café, banana, entre outros. O Parque Científico Tecnológico do Sul da Bahia abrangerá todo um conjunto de ações já iniciadas pela Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), criando, assim, centros de formação visando superar o modelo de departamentos de faculdades e escolas.

Figura 2- Evento realizado para assinatura do termo de concessão do terreno doado pela CEPLAC e UFSB no ano de 2015 – Itabuna-BA.



Fonte: pesquisa de campo, 2015.

Os andarilhos sem trabalho: submissão do trabalho ao capital em tempos de desemprego estrutural

Gaudemar (1977), partindo dos fundamentos de Marx, afirma que o capital não apenas provoca a procura de trabalho de que tem necessidade, mas produz também a oferta pela criação de operários supranumerários, satisfazendo suas necessidades imediatas e futuras. A segunda ocorre com o movimento dos salários como definidor do ritmo de acumulação do capital. Nesse processo, os homens não se deslocam no espaço por melhores salários, mas para satisfazerem às exigências do capital. A terceira tese é que não há acumulação sem mobilidade do trabalho. A quarta é a junção das três condições necessárias para garantir o

aumento da baixa tendencial da taxa de lucro, assim, a mobilidade irá permitir uma baixa relativa no valor da força de trabalho, a redução da mão-de-obra permanente, a submissão efetiva do trabalho às exigências sempre novas do capital.

A condição de trabalhador móvel ganha materialidade na própria subsunção do trabalho ao capital já no processo de acumulação primitiva. Em cada escala de tempo do desenvolvimento histórico nos marcos do capitalismo, o capital intensificou estas formas de exploração. No seu formato moderno – com uma característica peculiar que se apresenta desde a revolução da grande indústria –, a condição de subsunção do trabalho ao capital possibilitou níveis de exploração cada vez mais degradantes aos reais sujeitos da produção. Uma das intensificações deste processo são os efeitos do desemprego estrutural que põe milhões de pessoas no mundo sem trabalho. Assim, ao passo que a tendência à ampliação dos supérfluos torna esta força de trabalho cada vez mais móvel, por outro lado, resulta também para o capital, em um aumento das suas próprias contradições, ativando seus limites absolutos.

Para Menezes (2007), na atualidade, o desemprego estrutural, é o dado concreto de que o capital não consegue mais encontrar possibilidades de exploração direta dessa gigantesca massa de força de trabalho e, por outro lado, é o próprio limite da reversão histórica rumo à desvalorização do capital e da própria produção do valor. Tais contradições são inerentes ao processo de acumulação de capital, porém na sua atual crise estrutural eles tendem a se intensificar. Primeiro este processo representa para o capital maior exploração do trabalho, extraindo mais valor como nunca antes possibilitado pelas forças produtivas, seguido de uma desvalorização porque nega a própria substância que o faz existir, o trabalho vivo. As consequências são as mais variadas no que tange ao formato de acumulação ampliada do capital, e como observamos, uma das mais explosivas é o desemprego crônico.

Seguindo a tendência da busca de sua valorização, o capital, ao mesmo tempo em que cria novos mecanismos de exploração, “precariza, informaliza e expulsa da produção uma infinidade de trabalhadores que se toram sobrantes, descartáveis e desempregados” (ANTUNES, 2013, p. 14). Na realidade estudada, foi possível perceber que a tendência do desemprego se torna presente, seguido de uma intensificação do caráter móvel do trabalho. Os

trabalhadores transformam-se em eternos andarilhos a procura de vender sua força de trabalho seja no campo ou na cidade.

A maior parte dos que migram, quando encontram emprego, são submetidos às péssimas condições de precarização, seja na construção civil, no comércio, nas fábricas, como domésticos, vendedores ambulantes, entre outros. O gráfico um aponta que 57% dos entrevistados que estão empregados realizam trabalho na construção civil e no setor de serviços, os 43% restante, variam entre trabalhadores autônomo, doméstica, trabalhador rural, manicure, baba, entre outros. Neste quadro de trabalhadores, os que mantem vínculos empregatícios não possuem carteira assinada, e a maior parte complementa a renda familiar com os benefícios da Bolsa família do governo federal.

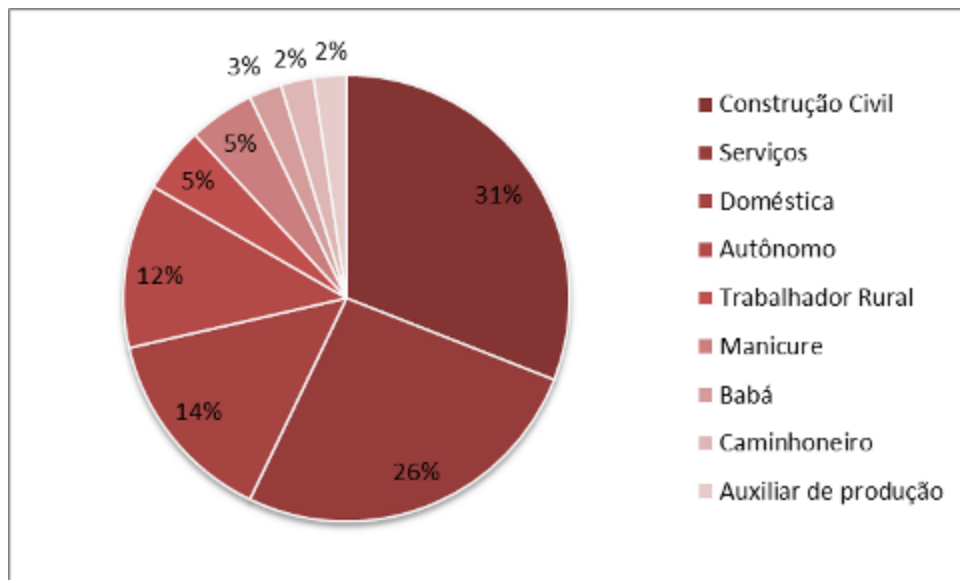
De acordo com Graça Druck, o conteúdo dessa (nova) precarização é dado pela condição de instabilidade, insegurança, fragmentação dos coletivos de trabalhadores e brutal concorrência entre eles. Uma precarização que atinge a todos indiscriminadamente e cujas formas de manifestação diferem em grau e intensidade, mas têm como unidade e sentido de ser ou estar precário numa condição não mais provisória, mas permanente. Ainda para a autora que analisa os resultados dessa precarização no Brasil, seu caráter abrangente, generalizado e central resulta em três processos: 1) atinge tanto as regiões mais desenvolvidas do país (por exemplo, São Paulo) quanto as regiões mais tradicionalmente marcadas pela precariedade; 2) está presente tanto nos setores mais dinâmicos e modernos do país (indústria de ponta) quanto nas formas mais tradicionais de trabalho informal (trabalho por conta própria, autônomo etc.); 3) atinge tanto os trabalhadores mais qualificados quanto os menos qualificados”. Para Druck,

essa precarização se estabelece e se institucionaliza como um processo social que instabiliza e cria uma permanente insegurança e volatilidade no trabalho, fragiliza os vínculos e impõe perdas dos mais variados tipos (direitos, emprego, saúde e vida) para todos que vivem do trabalho. (DRUCK, 2013, p. 56 e p. 61).

Segundo o manifesto elaborado pela Associação de Combate à Precariedade (2014) – Precários Inflexíveis, lançado no ano de 2014, a precariedade e o trabalho precário remetem a uma vida de instabilidade constante e um futuro incerto. Tais efeitos acarretam a desigualdade

na relação laboral, fragilizando os vínculos de trabalho e agravando os níveis de exploração. Por outro lado, também tendem a degradar as condições de trabalho e a retirada de direitos que já eram estabelecidos como básicos.

Gráfico 1- Formas de trabalho realizadas pelos trabalhadores de Itabuna e Ilhéus-BA.



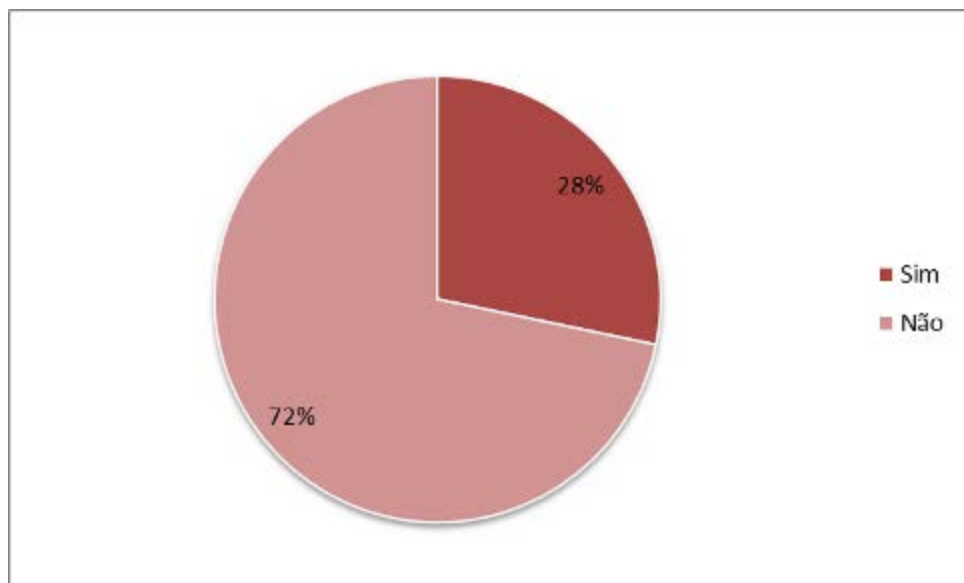
Fonte: pesquisa de campo, 2015.

De acordo com os estudos elaborados por Antunes sobre as novas formas de trabalho, evidencia-se que nas últimas décadas tem ocorrido uma significativa expansão dos assalariados médios e de serviços. Tal tendência “permitiu a incorporação de amplos contingentes oriundos do processo de reestruturação produtiva industrial e também da desindustrialização”. Por outro lado, há também uma diminuição deste tipo de trabalho devido às mutações organizacionais e tecnológicas e à mudança nas formas de gestão. Os exemplos desses efeitos são os casos de diminuição do trabalho bancário, privatização dos serviços públicos, entre outros (ANTUNES, 2009, p. 111).

Em pesquisa de campo, foi possível observar que do total dos entrevistados, 72% encontram-se na condição de desempregados, sendo a maior parte dessas mulheres; 44% afirmam já ter realizado trabalho fora da cidade que residem (gráfico 2). O desemprego vivenciado pela maior parte dos trabalhadores entrevistados são em ambas as realidades pesquisadas, consideradas desumanas. Em sua maioria, as famílias vivem da Bolsa Família, ou de ajuda de familiares; além de realizarem bicos, quando surgem. Dos desempregados, também a aqueles que possuem pelo menos um membro da família que está empregado, porém, a renda que se apresenta no mês não é suficiente para o sustento da família. É possível observar que entre o número de pessoas na família, que variam entre 5 a 7 membros, apenas um trabalha; evidenciando assim um quadro acentuado de desemprego.

O entrevistado J.R., morador do bairro Nova Esperança na cidade de Itabuna, afirma que já migrou para três Estados do país: São Paulo, Espírito Santo e Minas Gerais. Foi metalúrgico, trabalhou em comércio, empresa de telefonia, entre outros. Hoje por motivo de doença está parado. Atualmente encontra-se desempregado, não possui nenhuma renda, vive da ajuda dos filhos. Conseguiu comprar o barraco, mesmo passando por situações difíceis. Recebia a renda do INSS pelo afastamento por problemas de saúde, porém o recurso foi suspenso, com a alegação de que a doença que possui tem cura.

Gráfico 2- Números de trabalhadores empregados em Itabuna e Ilhéus-BA.



Fonte: pesquisa de campo, 2015.

Outro entrevistado morador do mesmo bairro, A.C., de 44 anos, da cidade de Camacã, migrou para Itabuna com os pais aos sete anos de idade. Foi trabalhador rural e já realizou diferentes tipos de trabalho: encarregado de obras, conferente, estoquista em lojas, arrumador, confecções em geral. Já residiu nas cidades de Salvador, Guanambi e São Paulo. Atualmente está desempregado. Segundo ele, ficou sem emprego depois de questionar aumento de salários em uma empresa localizada no Mato Grosso – que desenvolve sementes para plantação de capim. Dos que foram convocados para o trabalho na empresa, era o único do Estado da Bahia. O patrão prometeu alguns benefícios e quando passou a trabalhar disse que tudo mudou, não cumprindo com o acordo estabelecido no contrato de trabalho. Para ele, o lugar era muito caro, “lá é lugar de reduto de fazendeiros, é produtor de soja, é muita gente rica na região, lá você tem que competir com os milionários” (informação verbal). Também tentou emprego em uma empresa na cidade de São Paulo recentemente e, por conta da idade, não foi admitido. Outro desafio que ele diz enfrentar, “além dos estudos que é pouco” (informação verbal).

Outra trabalhadora entrevistada, R.A., de 39 anos, moradora do bairro Fernando Gomes, nascida na cidade de Uruçuca, destaca que os pais eram trabalhadores rurais, e os

avós possuíam terra. Migrou para Itabuna à procura de emprego. Reside há 18 anos no bairro. Atualmente está desempregada, realiza apenas serviços de diarista, vende acarajé e cachorro quente nos finais de semana para complementar a renda, que não chega um salário mínimo no final do mês. Já realizou trabalho na empresa Trifil por um período de quatro anos como auxiliar de produção.

Se no campo ou na cidade, a lógica é garantir espaços para realização do capital, hoje caracterizado cada vez mais pela exploração da força de trabalho que se torna mais móvel e desprovida de qualquer certeza de labor, a volatilidade, a efemeridade e a descartabilidade do que se produz impõem processos ágeis de produção e trabalho. Trabalhadores flexíveis que se submetem a quaisquer condições de subordinação de trabalho para atender ao novo tempo do capital (CONCEIÇÃO, 2014). Com o processo da mundialização e financeirização da economia, o trabalho deixa de ser fixo para ser móvel, ficando disponível ao tempo curto cíclico da circulação do capital. Assim,

no processo de acumulação ilimitada de capital, a precarização do trabalho é a estratégia de dominação, possibilitada pelo alto grau de vulnerabilidade estrutural do trabalho, garantindo a quase absoluta submissão e subordinação do trabalho ao capital, como única via de sobrevivência para os trabalhadores. (CONCEIÇÃO, 2014, p. 8).

Fica evidente nas análises desenvolvidas sobre os aspectos que envolvem o caráter móvel do trabalho no litoral Sul da Bahia, que este se apresenta cada vez mais imbuído de um percurso obscuro e incerto. Ao tempo em que nos deparamos com processos de expropriação do trabalho no campo caracterizados por um alto nível de exploração, seja a partir do sistema de parcerias (tendência forte dos trabalhos realizados desde o processo de “crise” da produção cacaueteira), seja pelo sistema de assalariamento (número pouco significativo). Por outro lado, percebe-se uma significativa diminuição da população do campo. A maior parte dos que migram encontram-se nas periferias das cidades em condições precárias de vida, vivendo o efeito do desemprego estrutural. As famílias que residem nos bairros pesquisados são migrantes, filhos de pais andarilhos que nos caminhos da incerteza do labor percorrem os espaços possíveis para vender sua força de trabalho e garantir suas necessidades imediatas. Os andarilhos sem trabalho se deparam com a lógica irracional da acumulação capitalista no

processo de valorização e desvalorização do capital que tem como lei a exploração do trabalho vivo. O capital provoca uma asfixia necessária aos verdadeiros produtores de valor.

Considerações Finais

No seu atual estágio de desenvolvimento, o capitalismo e a sua ânsia brutal de ampliar sua lucratividade e garantir uma expansão cada vez mais destrutiva impõem seus princípios de irracionalidade sobre o trabalho, tornando-o “supérfluo”. A produção de riqueza possibilitada pelo desenvolvimento das forças produtivas é a mesma que produz miséria para a classe trabalhadora e que tendencialmente amplia a camada do exército industrial de reserva. Marx já afirmava em seus escritos que a mesma força produtiva que possibilita ao capital maior produtividade do trabalho, logo maior extração de mais-valor, é a mesma que aumenta a camada dos supérfluos.

Na realidade estudada foi possível evidenciar como os efeitos do desemprego estrutural impõem que homens e mulheres, asfixiados pela ânsia do lucro capitalista, passem a fazer parte da camada dos supérfluos, tornando-os móveis para garantir as necessidades da acumulação. Os andarilhos se deparam com o crescente desemprego crônico, vivendo num constante ir e vir nos espaços possíveis para a venda da sua força de trabalho. Quando conseguem vendê-la, se submetem às mais desumanas formas de trabalho, seja no campo ou na cidade.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

CONCEIÇÃO, Alexandrina. Reestruturação produtiva e as novas configurações espaciais no campo. In: ENCONTRO LATINO DE GEÓGRAFOS, 2014, Cuba. **Anais do encontro latino de geógrafos**. La Havana: Palácio de las Convenciones, 2014.

DRUCK, Graça. A precarização social do trabalho no Brasil. In: **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

GAUDEMAR, Jean-Paul de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da Economia Política. Livro I: o processo de produção do capital. Trad. de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. Para a crítica da Economia Política. In: **Manuscrtos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. Trad. de José Carlos Bruino. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural (Coleção Os Pensadores), 1978.

MENEZES, Sócrates Oliveira. **De “supérfluos” a sujeitos históricos na contramão do capital**: a Geografia do (des) trabalho. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. UFS, São Cristóvão/SE, 2007.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Trad. de Paulo César Castanheiros e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002b.

SOUZA, Dayse Maria. **Do chão da terra ao chão da fábrica**: as formas contraditórias de apropriação do capital no espaço agrário. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFS, São Cristóvão, 2011.